Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação Departamento de Suporte e Informação

*Digitalização de Processos*





Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

(VWXGRV 3UHOLPLQDUHV

1

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

**SUMÁRIO**

1. [ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 14) 4](#_bookmark0)
	1. [CONTEXTUALIZAÇÃO 4](#_bookmark1)
	2. [DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA DEMANDA (ART. 14, I) 6](#_bookmark2)
	3. [SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO DE TIC (ART. 14, I, A) 6](#_bookmark3)
	4. [CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SIMILARES (ART. 14, I, B) 7](#_bookmark4)
	5. [OUTRAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (ART. 14, II, A) 8](#_bookmark5)
	6. [PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO (ART. 14, II, B) 8](#_bookmark6)
	7. [ALTERNATIVA NO MERCADO DE TIC (ART. 14, II, C) 9](#_bookmark7)
	8. [MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE ±MNI (ART. 14, II, D) 9](#_bookmark8)
	9. [INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA ±ICP-BRASIL (ART.](#_bookmark9) [14, II, E) 9](#_bookmark9)
	10. [MODELO DE REQUISITOS MOREQ-JUS (ART. 14, II, F) 9](#_bookmark10)
	11. [ANÁLISE DOS CUSTOS TOTAIS DA DEMANDA (ART. 14, III) 9](#_bookmark11)
	12. [ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO (ART. 14, IV) 10](#_bookmark12)
	13. [DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ART. 14, IV, A) 12](#_bookmark13)
	14. [ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO (ART. 14, IV, B) 14](#_bookmark14)
	15. [BENEFÍCIOS ESPERADOS (ART. 14, IV, C) 15](#_bookmark15)
	16. [RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A CONTRATADA (ART. 14, IV, D)](#_bookmark16) [16](#_bookmark16)
	17. [REQUISITOS TEMPORAIS (ART. 3, V) 17](#_bookmark17)
	18. [ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE (ART. 14, V, A, B, C, D, E, F) 18](#_bookmark18)
	19. [ORÇAMENTO ESTIMADO (ART. 14, II, G) 19](#_bookmark19)
2. [SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (ART. 15) 19](#_bookmark20)
	1. [RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS (ART. 15, I) 19](#_bookmark21)
	2. [QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS 19](#_bookmark22)
	3. [DESCONTINUIDADE DO FORNECIMENTO (ART. 15, II) 20](#_bookmark23)
	4. [TRANSIÇÃO CONTRATUAL (ART. 15, III, A, B, C, D, E) 21](#_bookmark24)
	5. [ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA (ART. 15, IV, A, B) 21](#_bookmark25)
	6. [DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS 21](#_bookmark26)
3. [ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (ART. 16) 22](#_bookmark27)
	1. [NATUREZA DO OBJETO (ART. 16, I) 22](#_bookmark28)

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

* 1. [**PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO (ART. 16, II E III) 22**](#_bookmark29)
	2. [**SUBCONTRATAÇÃO 22**](#_bookmark30)
	3. [**DO CONSÓRCIO 23**](#_bookmark31)
	4. [**DA AMOSTRA 23**](#_bookmark32)
	5. [**MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO (ART. 16, IV) 23**](#_bookmark33)
	6. [**LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N.**](#_bookmark34)[**147/2014. 24**](#_bookmark34)
	7. [**CLASSIFICAÇÃO E INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 16, V) 24**](#_bookmark35)
	8. [**VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (ART. 16, VI) 24**](#_bookmark36)
1. [**EQUIPE DE APOIO E GESTÃO À CONTRATAÇÃO (ART. 16, VII) 24**](#_bookmark37)
2. [**ANÁLISE DE RISCOS 26**](#_bookmark38)
3. [**APROVAÇÃO DO ESTUDO PRELIMINAR 30**](#_bookmark39)

[**ANEXO I 31**](#_bookmark41)

[**DETALHAMENTO TÉCNICO 31**](#_bookmark40)

[**ANEXO II 50**](#_bookmark43)

[**CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SIMILARES 50**](#_bookmark42)

[**ANEXO III 53**](#_bookmark44)

[**ANEXO IV 55**](#_bookmark46)

[**LISTA DE POTENCIAIS FORNECEDORES 55**](#_bookmark45)

[**ANEXO IV 56**](#_bookmark47)

[**PLANILHA DE CUSTOS 56**](#_bookmark48)

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

# ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 14)

# Contextualização

Conforme depreendido no Documento de Oficialização da Demanda ±DOD nº 09/2019 ±DBD, o objeto da presente demanda, qual seja serviços de digitalização de autos judiciais, com recebimento, conferência, preparação, armazenamento temporário, validação, gestão de qualidade, tratamento de imagens, indexação de autos de processos de matérias judiciais através de reconhecimento ótico de caracteres (OCR) e inserção no PJe, com a finalidade de atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

A morosidade da justiça é uma recorrente queixa da sociedade. Grande parte dessa morosidade pode ser atribuída à custosa gestão de processos em papel que são tramitados pelos sistemas judiciais em utilização.

A duração razoável do processo é um princípio fundamental introduzido no ordenamento jurídico pela Constituição Federal, inciso LXXVIII do art. 5º. Ele visa assegurar a razoável duração do processo por meios que garantam sua celeridade e produtividade tendo em vista a Efetividade da Prestação Jurisdicional.

A materialização desse comando constitucional é um dos Macrodesafios deste E. Tribunal de Justiça. Uma das iniciativas para alcançar esse objetivo é concepção, desenvolvimento e implantação do processo judicial eletrônico PJe para a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais partes interessadas.

Visando modificar este cenário, o PJMT iniciou a implantação do processo judicial eletrônico, onde os autos processuais são concebidos cem por cento digitais, melhorando sobremaneira os benefícios alcançados (economia de recursos e de tempo, mais transparência e sustentabilidade). Apesar deste promissor início, sabe-se que as unidades onde já possuem processo eletrônico implantados possuem um legado de processos físicos que necessitam de digitalização.

Com base nas LQIRUPDo}HV UHWLUDGDV GD IHUUDP PJMT, atualmente o acervo de processos físicos judiciais corresponde a aproximadamente 43% do quantitativo total, conforme demonstrado nas imagens abaixo:

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

* + 1. Processos Judiciais Físicos



* + 1. Processos Judiciais Físicos e Eletrônicos.



Conforme entendimento aplicado pelo Tribunal Superior do Trabalho ([https://www.conjur.com.br/2019-ago-15/digitalizacao-processos-obrigacao-judiciario-nao-](https://www.conjur.com.br/2019-ago-15/digitalizacao-processos-obrigacao-judiciario-nao-partes) [partes](https://www.conjur.com.br/2019-ago-15/digitalizacao-processos-obrigacao-judiciario-nao-partes)), que colacionou em sua decisão, julgado do Superior Tribunal de Justiça, não há amparo legal que autorize a imposição de obrigar a digitalização dos processos às partes:

*³$ OHL HP QHQKXP PRPHQWR UHPHW digitalizar os autos físicos, não podendo, por conseguinte, mera resolução inovar na*

*RUGHP MXUtGLFD FULDQGR XP GHYHU GH QDWXUH*

Sendo assim, como inerente ao Poder Judiciário a digitalização de autos processuais, a demanda ora pretendida, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de digitalização de processos judiciais, se faz necessária já que se trata se serviço meio para atingir o serviço fim.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

# Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda (Art. 14, I)

A demanda deste projeto compreende a prestação de serviços de digitalização, com recebimento, conferência, preparação, armazenamento temporário, validação, gestão de qualidade, tratamento de imagens, indexação de autos de processos de matérias judiciais através de reconhecimento ótico de caracteres (OCR) e inserção no PJe, com garantia do serviço, com a finalidade de atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, que tem como principal premissa a tramitação dos processos em meio eletrônico.

Os requisitos da demanda são:

1. A prestação dos serviços em Cuiabá-MT, em local a ser indicado pela Contratada, definido como Central de Digitalização, atendidas as premissas constantes do Anexo I.
2. Os serviços prestados terão garantia de 06 (seis) meses após o recebimento definitivo, que ocorrerá após a transferência, para base de dados do PJMT, das imagens já indexadas e homologadas pela equipe deste Poder Judiciário.
3. Geração de objetos digitais em formato *Portable Document Format* (PDF) pesquisável de múltiplas imagens com OCR;
4. A Contratada deverá estar instalada, com os recursos humanos, materiais e equipamentos, apta a executar os serviços na produtividade mínima mensal, em até 30 (trinta) dias úteis contados da assinatura do contrato.
5. A Contratada deverá fornecer e utilizar certificados digitais padrão ICP- Brasil modelo token, com validade de 36 (trinta e seis) meses, item necessário à inserção documental digital nos Sistemas Judiciais do TJMT.

Os detalhamentos técnicos pormenorizados constam descritos no ANEXO I, deste Estudo Preliminar.

# Soluções Disponíveis no Mercado de TIC (Art. 14, I, a)

Para definir as soluções disponíveis no mercado, é necessário salientar que a demanda aqui apresentada engloba diversas variantes da mesma solução e, por este motivo, se faz necessário apresentá-las de forma segmentada.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

 **Contratação da solução de Digitalização:** Toda a mão de obra, equipamentos, mobiliários, espaço físico e insumos necessários para execução dos serviços primários e secundários de digitalização são de responsabilidade da Contratada.

 **Aquisição de equipamentos, e execução do serviço com mão de obra própria**: Aquisição de equipamentos, com mão de obra dos próprios servidores do PJMT para realização do serviço de digitalização e suas etapas, ou seja, com recursos próprios: materiais e humanos. Nesse caso, o órgão deverá possuir quadro de funcionários capacitados para tanto, além de recursos materiais e espaço físico para realização das atividades primárias e secundárias do seu escopo.

 **Aquisição de equipamentos, e execução do serviço com mão de obra terceirizada:** Aquisição de equipamentos pelo órgão, com mão de obra terceirizada para realização do serviço de digitalização e suas etapas, ou seja, a contratada é responsável pelo fornecimento de mão de obra e a contratante é responsável pelo fornecimento de espaço físico e equipamentos.

# Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b)

Após pesquisa na Internet, foram encontradas as seguintes contratações públicas similares, constantes do Anexo II deste Estudo Preliminar:

 **TJBA** (Tribunal de Justiça do Estado da Bahia) - Pregão Eletrônico n. 67/2018, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Digitalização, pelo prazo de 36 meses.

 **TRF 1ª REGIÃO** (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) - Pregão Eletrônico n. 30/2019, que tem por objeto a contratação de prestação de serviços técnicos de digitalização do acervo de documentos e processos físicos, pelo prazo de 24 meses.

 **TRF 5ª REGIÃO** (Tribunal Regional Federal da 5ª Região) - Pregão Eletrônico n. 09/2018, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de higienização e digitalização de documentos, com prazo de 12 meses.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

 **TJSP** (Tribunal de Justiça do Estado) **-** Pregão Eletrônico n. 80/2017, que tem por objeto a prestação de serviços para digitalização, com prazo de 12 (doze) meses.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Órgão** | **Contrato** | **Objeto** | **Quantidade** | **Fornecedor** |
| TJBA | 60/2018 | Contratação de | 600.000.000 de | PA ARQUIVOS LTDA |
|  |  | empresa especializada | Imagens |  |
|  |  | na prestação de |  |  |
|  |  | Serviços de |  |  |
|  |  | Digitalização, pelo |  |  |
|  |  | prazo de 36 meses |  |  |
| TRF 1ª | 31/2019 | Contratação de prestação de serviços técnicos dedigitalização do | 97.000.000 de Imagens | LORIVALDO MALARA DE ANDRADE - EPP |
|  |  | acervo de documentos |  |  |
|  |  | e processos físicos, |  |  |
|  |  | pelo prazo de 24 |  |  |
|  |  | meses. |  |  |
| TRF 5ª | 18/2018 | Contratação de empresa especializada na prestação deserviços de | 2.400.000 de páginas | SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO |
|  |  | higienização e |  |  |
|  |  | digitalização de |  |  |
|  |  | documentos, com |  |  |
|  |  | prazo de 12 meses. |  |  |
| TJSP | 27/2017 | Prestação de serviços para digitalização, com prazo de 12 (doze) meses. | 36.000.000de Imagens | DATASIST INFORMATICA SC LTDA |

Resta salientar que apesar de se tratar de contratações públicas similares, cada uma delas apresenta peculiaridades inerentes da realidade de cada órgão.

# Outras Soluções Disponíveis (Art. 14, II, a)

Esse item se aplica especialmente para o caso de soluções de TIC que envolva desenvolvimento de software, em que se faz necessária a verificação da existência de alternativa de soluções nos órgãos da Administração. Portanto, inaplicável a este projeto.

# Portal do Software Público Brasileiro (Art. 14, II, b)

Não se aplica ao contexto deste Estudo Preliminar, vez que a demanda está relacionada à serviços.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

# Alternativa no Mercado de TIC (Art. 14, II, c)

Não se aplica ao contexto deste Estudo Preliminar, vez que a demanda está relacionada à serviços.

# Modelo Nacional de Interoperabilidade ±MNI (Art. 14, II, d)

Item aplicável ao presente projeto, já que deverá garantir a integração com os sistemas existentes no PJMT, via diretório FTP e utilizando o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).

# Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ±ICP-Brasil (Art. 14, II, e)

Item aplicável ao presente projeto, já que necessária a utilização de certificados digitais padrão ICP-Brasil modelo token.

# Modelo de Requisitos Moreq-Jus (Art. 14, II, f)

Item aplicável ao presente projeto, pois a contratada deverá executar os serviços obedecendo às regulamentações, políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelo TJMT, bem como ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus).

# Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III)

 Por se tratar de registro de preços, serão realizados empenhos durante a vigência da ata, de forma que cada empenho gerará um contrato para execução dos serviços.

 Estima-se, a priori, que cada empenho girará em torno de 20 (vinte) milhões de imagens, gerando, portanto, 4 (quatro) empenhos e, via de consequência, 4 (quatro) contratos.

 A escolha do prazo de vigência do contrato de 24 meses baseia-se no lapso necessário para a boa execução de todas as etapas dos serviços constantes desse projeto.

 O pagamento dos serviços será realizado de forma mensal, iniciado após o aceite definitivo dos mesmos pelo Fiscal de Execução e Fiscal Técnico.

 Os custos para logística de transporte da documentação até o local de processamento dos serviços, Cuiabá-MT, serão de responsabilidade do PJMT.

 Os custos referentes às caixas box serão de responsabilidade do PJMT.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

 Todos os custos operacionais, financeiros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros custos, despesas ou ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento, manutenção e continuidade da prestação dos serviços, objeto deste certame, ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada.

 Considerando que a Contratada necessitara de 30 (trinta) dias úteis, depois de assinado o primeiro contrato, para viabilização de espaço físico, mão de obra e equipamentos, o primeiro pagamento ocorrerá somente após 60 (sessenta) dias da data de assinatura do mesmo.

 O valor referente à toda execução dos serviços consta da tabela abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **QUANTIDADE** | **UNIDADE** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
|  | Serviço de digitalização em |  |  |  |  |
|  | formato PDF, com |  |  |  |  |
|  | recebimento, conferência, |  |  |  |  |
|  | preparação, armazenamento |  |  |  |  |
|  | temporário, validação, gestão |  |  |  |  |
| 1 | de qualidade, tratamento de imagens, indexação de autos de processos de matériasjudiciais através de | 80.000.000 | IMAGENS | R$ 0,30 | R$ 24.000.000,00 |
|  | reconhecimento ótico de |  |  |  |  |
|  | caracteres (OCR) e inserção |  |  |  |  |
|  | no PJe, com garantia do |  |  |  |  |
|  | serviço. |  |  |  |  |

A análise dos custos totais da demanda se encontra detalhada no ANEXO IV deste Estudo Preliminar.

# Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV)

Conforme informações quanto às opções disponíveis no mercado, abordadas no item 1.3 deste Estudo Preliminar, fica evidenciado que somente duas formas de contratação atendem à demanda que se pretende contratar, as quais passa-se a análise.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

A forma de execução dos serviços de digitalização através de ³**aquisição de equipamentos, e execução dos serviços com mão de obra própria´**é indicada para casos em que o órgão possua servidores disponíveis, recursos materiais ±equipamentos, mobiliários dentre outros - e espaço físico suficientes para desenvolver tal atividade, o que se sabe que não é a realidade deste PJMT, a começar pela mão de obra disponível.

Inúmeras são as solicitações para a Alta Administração, inclusive desta própria Coordenadoria de Tecnologia da Informação, de majoração de efetivo para atender as demandas rotineiras. Então, se para as demandas rotineiras que se classificam

FRPR ³ILP´ H[LVWH XPD HVFDVVH] GH PmR GH

inexistente.

Abrir concurso público para tanto não faz parte do Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração deste Poder Judiciário ±SDCR, pois,

FRPR Mi GLWR D GHPDQGD , DnãoTsXe iLnse reWnaUs DatrWibuDiçGõeDs p ³PHL

relativas aos cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal desta Corte, e nem de estagiários. E, ainda que essa fosse uma opção, ter-se-ia que licitar aquisição/outsourcing de equipamentos, locar espaço físico e proceder com treinamento dos envolvidos, gerando, pelo menos, mais 3 processos licitatórios e, via de consequência, um lapso temporal extenso.

Referente a execução dos serviços de digitalização com ³**aquisição de**

# equipamentos, e execução dos serviços com mmR GH REUD oWPJHMUT FainHdaLUL]DGD

recai sobre parte do problema apresentado na modalidade anterior, qual seja, necessidade de licitar aquisição/outsourcing de equipamentos, locar espaço físico e contratar a efetiva execução do serviço através de mão de obra terceirizada, gerando novamente o mesmo cenário anterior.

Além disso, há de se ressaltar que o serviço objeto deste Estudo é temporário, ou seja, sua execução será finalizada assim que forem digitalizadas o quantitativo de imagens estabelecidas, motivo pelo qual não há porque se ter mão de obra e equipamentos próprios para tanto.

Dito isso, restam afastadas as opções 2 e 3 do item 1.3 deste Estudo

Preliminar.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

A outra forma de contratação que vem sendo praticada no mercado é a contratação do **Serviço de Digitalização,** opção 1 do item 1.3 deste Estudo Preliminar, onde a Contratada executa todas as etapas do processo de trabalho pré-estabelecido, entregando para a Contratante o processo judicial inserido no PJe.

Uma das vantagens dessa forma de contratação é a expertise e capacidade operacional que uma empresa terceirizada, especializada em serviço de digitalização, tem para trabalhar em um acervo com grande volume, em um prazo determinado. Isso poderá permitir economia devido ao ganho de escala, assim como viabilizará tecnicamente o projeto dentro do prazo previsto.

Ressalta-se também, que essa forma de contratação é mais viável pois terá apenas uma única contratada (serviço de digitalização de processos) ao invés de várias. Caso o PJMT optasse pelas outras formas de contratação, seria necessário firmar vários contratos (Aquisição de equipamentos, Locação de espaço físico, contratação de mão de obra, capacitação para os colaboradores), tornando assim, mais dificultosa a fiscalização.

Por fim, como já mencionado acima, o serviço de digitalização pretendido pelo PJMT possui carácter temporário, motivo pelo qual essa é a forma de contratação mais viável, pois os equipamentos necessários são ofertados pela contratada, gerando uma economia em escala para instituição.

Dessa forma, a terceirização dos serviços em referência, além de permitida pela legislação, é a maneira mais adequada e eficiente para atingir os objetivos deste PJMT.

# Descrição da Solução (Art. 14, IV, a)

$ VROXomR HVFROKLGD TXDO VHMD ³6HUYLo

razoável duração dos processos, bem como garantir a celeridade e produtividade tendo em vista a efetividade da prestação jurisdicional.

# Tabela de descrição da Solução

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **QUANTIDADE** | **UNIDADE** |
| Serviço de digitalização, com recebimento,conferência, preparação, armazenamento | 80.000.000 | IMAGENS |

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| temporário, validação, gestão de qualidade, tratamento de imagens, indexação e inserção no PJe. |  |  |

 **Recebimento:** Recepção da documentação que passará pelo processo de digitalização e indexação.

 **Conferência:** Observar se há ausência de numeração de imagens, duplicação de números, sequência incorreta e peças processuais ausentes (que pode ser atestada pelo intervalo de imagens e pela caracterização de que algum documento ou peça processual foram retirados dos autos);

 **Preparação:** Realização das tarefas tais como desencadernação, verificação de partes dobradas, amassadas, rasgadas e agrupamento destes.

 **Digitalização:** Desmaterialização do documento físico, com a operação do scanner e o manuseio do processo, convertendo-o em documento PDF, de capa a capa, em arquivo eletrônico, envolvendo a digitalização de imagens (frente e verso de folhas) que compõem processos e documentos avulsos.

 **Armazenamento Temporário:** Instalações adequadas para o tratamento técnico, garantindo a total segurança e integridade física dos documentos pertencentes à CONTRATANTE, cuidado esse que iniciará na recepção dos processos nas dependências da CONTRATADA.

 **Validação:** Verificar e liberar os lotes digitalizados efetuando o controle de qualidade da digitalização de cada página digitalizada. Em certos casos, estarão aptos a redigitalizar e reorganizar documentos que estejam fora de conformidade com os originais.

 **Gestão de Qualidade:** Verificação da qualidade da resolução e nitidez das imagens geradas, com registro das possíveis ocorrências de ilegibilidade do original, caso em que, a CONTRATADA poderá apor

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

XP FDULPER HOHWU{QLFR FRP RV GL]HUH

',\*,7$/,=$d­2 35(-8',&,$'$´

 **Tratamento de Imagens:** Visa corrigir baixo contraste, inclinação e outras características que podem atrapalhar a leitura dos documentos.

 **Indexação:** Cadastramento dos documentos por metadados, previamente definidos na base de dados, que permitirão sua busca e recuperação por todos os usuários. A indexação do conteúdo dos documentos visa possibilitar a pesquisa contextual. O Processo para indexação de documentos se dará após composição de índice, onde serão identificadas as principais peças processuais e melhor ajustadas por software para este fim.

 **Inserção no PJe:** Transferência dos dados armazenados e digitalizados pela Contratada para o Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Contratante.

 **Garantia:** Pelo período de 06 (seis) meses após o recebimento definitivo, que ocorrerá após a transferência, para base de dados do PJMT, das imagens já indexadas e homologadas pela equipe deste Poder Judiciário.

A execução dos serviços constantes do item I não gerará qualquer vínculo empregatício para com a Contratante, vez que não existirá subordinação e nem pessoalidade: os funcionários da Contratada não receberão ordens do quadro de servidores deste PJMT.

# Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b)

Atender as metas do Planejamento Estratégico Participativo (PEP), Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações (PETIC).

PEP 4.6

**- Tema:** Melhoria da Eficiência Operacional.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

* **Descrição:** Este projeto tem como objetivo a contratação de serviços de digitalização, visando a melhoria da prestação jurisdicional.
* **Objetivo Estratégico:** Garantir Prestação jurisdicional efetiva e ágil.
* **Iniciativa Estratégica**: Digitalização de processos judiciais para atender a lei 11.419/2019.
* **Projeto**: Redução da taxa de congestionamento e aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição.
* **Justificativa**: Garantir a duração razoável do processo, gerando celeridade processual.
* **Plano de Contratações TIC ±2020:** Esta ação está prevista no Plano de Contratações de TIC de 2020, constante no item 03/Crítico, ainda em tramitação para aprovação pelo Comitê de Governança de TIC.
* **PPA:** Esta ação está prevista no Plano Plurianual 2020-2023, conforme CIA 0004734-50.2019.8.11.0000, aprovado, por unanimidade, pelo Tribunal Pleno, em 11 de julho de 2019.

# Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c)

A motivação para a contratação que ora se pretende se dá em face da Lei nº 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, concomitante à implantação do processo judicial eletrônico.

Objetiva, em síntese, a busca por eficiência na prestação do serviço ao jurisdicionado.

Ademais, a escanerização auxilia a preservação do conteúdo documentacional, bem como reduz a necessidade de espaço físico para o adequado armazenamento de autos de papel.

Acrescente-se, também, que o procedimento em comento implementa nítida melhoria do meio ambiente do trabalho, potencializando o bem-estar físico e mental dos integrantes da unidade judiciária, com o consequente aumento de produtividade.

Os benefícios que se almejam com a execução dos serviços são:

 Celeridade processual;

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

 Redução do uso de papel, meta alinhada à gestão ambiental sustentável implementada por esta Corte;

 Redução de custos com impressão e aquisição de insumos;

 Menor impacto ao meio ambiente;

 Otimização de espaços físicos;

 Facilidade de acesso e peticionamento aos autos por Advogados, Defensores, Procuradores, Partes etc.

# Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 14, IV, d)

A demanda ora trabalhada será executada de maneira integral, contudo, de forma parcelada, via Ata de Registro de Preços, de acordo com a ocorrência das solicitações de empenhos.

O quantitativo de imagens aqui definidos no item 1.13 será suficiente, estimativamente, para digitalização de cerca de metade das imagens (páginas) dos processos físicos em trâmite deste PJMT, conforme abaixo:

O serviço será consumido e pago mensalmente, conforme cada ocorrência de empenho, durante a vigência da ata/contrato, por 12 (doze) meses.

A previsão de distribuição dos recursos se dará conforme tabela abaixo. Contudo, este Órgão Gerenciador se reserva no direito de alterá-los, conforme necessidades posteriores, respeitando-se, para todos os fins, os limites contratados.

# Previsão de distribuição

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

|  |  |
| --- | --- |
| **Descrição** | **Destinação** |
| **1º grau** | **2ª grau** |
| **Imagens** | **Imagens** |
| Serviço de digitalização, com recebimento, conferência, preparação, armazenamento temporário, validação, gestão de qualidade, tratamento de imagens, indexação einserção no PJe, com garantia. | 80.000.000 | - |

Por se tratar de Ata de Registro de Preços, segue previsão de estimativa para o 1º empenho:

|  |  |
| --- | --- |
| **Descrição** | **1º Empenho** |
| **1º grau** | **2ª grau** |
| **Imagens** | **Imagens** |
| Serviço de digitalização, com recebimento, conferência, preparação, armazenamento temporário, validação, gestão de qualidade, tratamento de imagens, indexação einserção no PJe, com garantia. | 20.000.000 | - |

Ressalta-se que poderá haver sobreposição de empenhos, perfazendo contratos a serem executados simultaneamente.

# Requisitos Temporais (Art. 3, V)

* **Prazo de execução dos serviços:** No prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da assinatura da ata, deverá ocorrer a reunião de alinhamento, na qual a Contratada deverá apresentar a relação contendo o nome e perfil profissional dos colaboradores incumbidos da prestação dos serviços, podendo o Contratante rejeitar os membros da equipe que não justificarem a sua aptidão, conforme requisitos do item 2.2 deste Estudo Preliminar, ficando a Contratada obrigada a substituí-los no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

A contratada deverá iniciar a execução dos serviços em até 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do contrato. Este prazo se faz necessário para que a mesma possa viabilizar o espaço físico, disponibilização de equipamentos e mão de obra suficiente para execução do objeto.

A Contratada deverá executar os serviços contratados, no quantitativo mínimo de

1.250.000 (um milhão e duzentos e cinquenta mil) imagens, por semana, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Contratante.

(P VH WUDWDQGR GH SURFHVVRV UHPHWLGRV F

execução imediata, com o prazo máximo de entrega de 1 (um) dia útil.

* **Início da garantia:** Pelo período de 06 (seis) meses após o recebimento definitivo, que ocorrerá após a transferência, para base de dados do PJMT, das imagens já indexadas e homologadas pela equipe deste Poder Judiciário.

# Adequação do Ambiente (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f)

Não há o que se falar em adequação de ambiente para este PJMT, visto que a estrutura necessária para a execução dos serviços de digitalização é de responsabilidade da Contratada.

* **Infraestrutura tecnológica**: A Contratada deverá estruturar a Central de Digitalização, fornecendo todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, incluído aí manutenção preventiva e corretiva.

A Contratada deverá, ainda, prover Storages para armazenamento temporário das imagens por um período de até 60 (sessenta) dias após a inserção no PJe, além do volume diário em produção.

Por fim, A CONTRATANTE fornecerá a infraestrutura para o armazenamento (grupo de storages alocados no datacenter do TJMT) definitivo dos documentos digitalizados;

* **Infraestrutura elétrica:** A disponibilização da infraestrutura elétrica na Central de digitalização, será de responsabilidade da Contratada.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

* **Logística de execução:** A logística de transporte dos processos físicos será de responsabilidade da Contratante.
* **Espaço físico e mobiliário:** A Contratada disponibilizará espaço físico e mobiliário necessários à execução dos serviços delineados neste Estudo Preliminar, incluindo aí scanners, estações de trabalho, entre outros equipamentos e periféricos indispensáveis.
* **Impacto ambiental:** Não haverá impacto ambiental na execução dos serviços objeto deste Estudo Preliminar.

# Orçamento Estimado (Art. 14, II, g)

 O orçamento estimado para a contratação será de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais).

# SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (ART. 15)

# Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I)

**Recursos materiais**: Todos os recursos materiais necessários para execução dos serviços pretendidos deverão ser fornecidos pela Contratada, com necessidade de aquisição apenas de caixas box por este Tribunal de Justiça.

**Recursos humanos**: É de responsabilidade da Contratada a constituição de equipe de profissionais suficiente, capacitada, apta e capaz de executar os serviços objeto deste Estudo Preliminar.

Por outro lado, ter-se-á o acompanhamento da conformidade legal da execução dos serviços pelo Fiscal de Execução do Contrato.

# Qualificação técnica dos profissionais

Para realização de todos os serviços especificados no item 1.13 e Anexo I, licitante deverá possuir profissionais diretamente envolvidos na execução de cada ordem de serviço, com minimamente as seguintes qualificações / formações técnicas:

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

 **Gerente de Projeto:** curso superior completo em qualquer área e certificação PMP (Project Management Professional - profissional de gerenciamento de projeto);

 **Especialista em Gestão Documental:** curso superior completo em qualquer áreas e certificação válida CDIA ou CDIA+ (CertifiedDocumentImagingArchitec) emitida pela COMPTIA ou certificação válida AIIMECMSpecialist emitido pela AIIM.

 **Analista de TI:** curso superior completo na área de TIC e Certificação ITIL® Foundation emitido pela EXIM;

 **Supervisor da Central de Digitalização:** curso superior completo em Logística ou Administração.

 **Responsável Técnico:** curso superior completo em Direito;

 **Auxiliar de Arquivo:** 2º grau completo e conhecimentos em informática;

 **Operador de Scanner:** 2º grau completo e conhecimentos em informática;

 **Controle de Qualidade:** 2º grau completo e conhecimentos em informática;

 **Indexação e Classificação de Dados:** 2º grau completo e conhecimentos em informática;

 **Suporte Técnico:** curso superior completo ou cursando na área de TIC.

A comprovação da qualificação técnica para os serviços pretendidos deverá ser apresentada no início da execução dos serviços, que se dará 30 (trinta) dias úteis após assinatura do contrato, sendo que as certificações devem estar válidas durante o período de prestação dos serviços.

# Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II)

Se, por qualquer eventualidade, a empresa Contratada frustrar total ou parcialmente o objeto da avença, será necessária aplicação de penalidades contratuais e observância do cadastro de reserva para convocação da empresa subsequente na ordem de classificação, caso tenha, ou elaboração de novo processo de contratação.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

# Transição Contratual (Art. 15, III, a, b, c, d, e)

Ao decorrer da vigência contratual de 12 (doze) meses, o Fiscal de Execução deverá realizar acompanhamento de mercado para definição se o modelo de contratação ora proposto se mantém atualizado e adequado às necessidades do Poder Judiciário de Mato Grosso ou não.

Além disso, no prazo de 6 (seis) meses anterior ao final da vigência contratual, este Poder Judiciário deverá antecipar-se fazendo novo projeto, caso ainda persista processo físico judicial a ser digitalizado, que permita manter a execução dos serviços ora pretendidos, seja da forma que se pretende contratar ou com nova, com o intuito de executar por completo o projeto de digitalização.

A revogação dos perfis de acesso à rede e sistemas deste Tribunal concedidos para a execução contratual, porventura criados para os profissionais externos alocados, será realizada em até 10 (dez) dias após o encerramento contratual, pelo Departamento de Conectividade.

# Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b)

A Contratada deverá detalhar e repassar, conforme orientação e interesse do PJMT, toda a documentação utilizada, bem como todo o conhecimento adquirido na implementação e prestação dos serviços, sem qualquer ônus adicional.

A Contratada deverá assinar um termo de confidencialidade onde reconhecerá que, em razão da prestação de serviços ao PJMT, tem acesso a informações que pertencem a este Poder, e que devem ser tratadas como sigilosas.

A contratada fica proibida de veicular ou comercializar quaisquer produtos gerados ou obtidos a partir da prestação dos serviços, sem a prévia autorização do Contratante.

# Direitos de Propriedade Intelectual e Autorais

Não se aplica ao contexto deste projeto.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

# ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (ART. 16)

# Natureza do Objeto (Art. 16, I)

A contratação objeto deste Estudo Preliminar possui características comuns, composta de serviços, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, objetivando a transformação do acervo físico de processos judiciais em digital, a fim de que tramitem de forma eletrônica.

# Parcelamento e Adjudicação do Objeto (Art. 16, II e III)

O objeto deste Estudo Preliminar constitui 1 (um) item, composto por execução total do serviço de digitalização e suas etapas, bem como garantia.

O item, composto de serviços, que tratam de etapas do processo de digitalização como um todo, todas interligadas e entrelaçadas, perfazendo uma cadeia de fases para um objetivo único final.

Tal agrupamento das etapas em único item se dá em face da interoperabilidade operacional do escopo, visto se tratar de digitalização em sua forma macro, que vai desde o recebimento e preparação para digitalização dos autos físicos, até a inserção no PJe.

Deste modo, é possível afirmar que a separação dos serviços em itens avulsos e não por item único poderá trazer impacto negativo na plena execução do serviço, visto que uma etapa depende da outra para ser executada.

Outra situação que exemplifica o risco do particionamento é se caso ocorra a homologação de uma etapa, por exemplo a digitalização, sem o serviço de indexação, de forma que restará prejudicado o produto final, já que não ter-se-ia como obter o sucesso do processo inserido no PJe.

Por fim, existem vários contratantes que poderão atender a demanda, conforme lista apresentada no Anexo IV.

Portanto, como o projeto se trata de registro de preços com contratação futura, a adjudicação se dará por menor preço global do lote único, e modo de disputa aberto e fechado.

# Subcontratação

Não será permitida a subcontratação.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Deve-se reconhecer que, em uma abordagem conceitual rigorosa, dificilmente existiria uma situação em que a totalidade absoluta da prestação de serviços/fornecimento de produtos possa ser executada por uma única empresa sem recorrer a terceiros em nenhuma de suas etapas: transporte, fabricação de componentes etc.

Ainda que para a contratação aqui pretendida não trate de entrega de produtos, a afirmação acima cabe a título exemplificativo.

Para efeito deste Estudo Preliminar, não será adotada esta abordagem conceitual rigorosa, bastando a prestação de serviços direta ao PJMT, ainda que necessite recorrer a terceiros para obter os insumos necessários.

# Do consórcio:

Existem fornecedores para o lote único da contratação, não sendo necessário, portanto a aceitação da participação de consórcios.

A reunião de empresas que poderiam prestar as etapas dos serviços individualmente pode reduzir o número de licitantes e, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartéis para manipulação dos preços da licitação.

Ademais, o objeto da contratação não se caracteriza como alta complexidade ou grande vulto, nos termos do § 9°, Art. 30 e inciso V, Art. 6° da Lei 8.666/93, respectivamente.

# Da amostra

Não se aplica ao contexto do presente projeto.

# Modalidade e Tipo de Licitação (Art. 16, IV)

A contratação dos serviços ora pretendida é oferecida por diversos fornecedores no mercado, vez que apresenta características padronizadas e usuais. Assim, trata-se de serviços comuns e, portanto, licitação via Pregão, em sua forma eletrônica, pelo tipo menor preço unitário do item, com finalidade de registro de preços, e modo de disputa aberto e fechado.

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

# Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014.

Não há óbice quanto à aplicação da Lei Complementar 123/2006. Entretanto não é possível a divisão ou fragmentação do item em partes para que ocorra a participação para ME/EPP, visto que trata de serviços em sua totalidade, não tendo como reservar parcela do serviço.

# Classificação e Indicação orçamentária (Art. 16, V)

 Classificação: 3.3.90.40 ±Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

 Unidade Orçamentária: 03.601- Fonte 240/640.

 Ação: 3233 ±Inovação Tecnológica do Poder Judiciário.

 Os serviços serão para atender a 1ª instância

# Vigência da Prestação de Serviço (Art. 16, VI)

A vigência da Ata de Registro de Preços, contado da data da sua assinatura e publicação no Diário da Justiça, excluída o dia do começo e incluído o do vencimento, será de 12 (doze) meses;

Será necessária lavratura de contrato, após cada empenho.

A vigência do Contrato, contado da data da sua assinatura e publicação no Diário de Justiça, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, consoante o artigo 57, II, da Lei n.8.666/93.

A garantia proveniente da execução de cada Ordem de Serviço será de 06 (seis) meses após o recebimento definitivo, que ocorrerá após a transferência, para base de dados do PJMT, das imagens já indexadas e homologadas pela equipe deste Poder Judiciário.

# EQUIPE DE APOIO E GESTÃO À CONTRATAÇÃO (ART. 16, VII)

Para a composição da Equipe de Gestão da Contratação foram feitas as seguintes indicações, conforme Portaria nº 1517/2019-PRES:

# Integrante demandante

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Geyza Alice Pacheco Bianconi |
| Matrícula | 8601 |
| E-Mail | geyza.bianconi@tjmt.jus.br |

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

|  |  |
| --- | --- |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria de Tecnologia da Informação |

# Integrante demandante substituto

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Thomas Augusto Caetano |
| Matrícula | 5544 |
| E-Mail | thomas.caetano@tjmt.jus.br |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria de Tecnologia da Informação |

**Fiscal de Execução**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Cássio Rodrigo Attílio Barbosa Garcia |
| Matrícula | 36098 |
| E-Mail | cassio.garcia@tjmt.jus.br |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria da Corregedoria Geral de Justiça |

# Fiscal de Execução substituto

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Matheus Henrique Freire de Amorim |
| Matrícula | 32902 |
| E-Mail | matheus.amorim@tjmt.jus.br |
| Área (Departamento/Setor) | Coordenadoria da Corregedoria Geral de Justiça |

**Fiscal Técnico**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Guilherme Felipe Schultz |
| Matrícula | 29717 |
| E-Mail | guilherme.schultz@tjmt.jus.br |
| Área (Departamento/Setor) | Departamento de Sistemas e Aplicações |

# Fiscal Técnico substituto (art. 12, §6º, da Resolução 182/CNJ)

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Rafael Brecailo Kloeckner |
| Matrícula | 13014 |
| E-Mail | rafael.kloeckner@tjmt.jus.br |
| Área (Departamento/Setor) | Departamento de Sistemas e Aplicações |

**Fiscal Administrativo**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Marco Antônio Molina Parada |
| Matrícula | 5548 |
| E-Mail | marco.parada@tjmt.jus.br |
| Área (Departamento/Setor) | Departamento Administrativo |

# Fiscal Administrativo substituto

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Anderson Domingues Augusto |

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

|  |  |
| --- | --- |
| Matrícula | 10082 |
| E-Mail | anderson.augusto@tjmt.jus.br |
| Área (Departamento/Setor) | Departamento Administrativo |

# ANÁLISE DE RISCOS

|  |
| --- |
| **REFERENTE À FASE****( x ) Planejamento de Contratação e Seleção do fornecedor ( ) Execução contratual** |
| **Risco 01** | Definição do objeto da contratação sem aprofundamento técnico nos Estudos Preliminares | o devido | Grau do risco (MÉDIO) |
| Probabilidade | ( ) Baixa ( x ) média ( ) alta |
| Impacto | ( ) Baixo ( x ) médio ( ) alto |
| **Id.** | **Dano** |
| 1 | Contratação de serviços aquém das necessidades do PJMT; |
| 2 | Possível impugnação do processo licitatório; |
|  | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| 1 | Fazer análise de todas as possíveis soluções técnicaspossibilidade de atender a demanda do PJMT. | com | EquipePlanejamento. | de |
| 2 | Fazer estudo com base em contratações públicas similares e osrequisitos de negócio do PJMT. | EquipePlanejamento. | de |
| 3 | Definir objeto da contratação com o máximo de informaçãodisponível. | EquipePlanejamento. | de |
|  | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1 | Rever análise técnica do objeto da contratação, considerando apontamentos de impugnações. | Fiscal Técnico e de Execução. |
| 2 | Em caso de solução insuficiente, iniciar processo de nova contratação. | Integrante Demandante. |
| 3 | Medidas administrativas cabíveis quanto à contratação já efetivada. | Fiscal Administrativo. |

|  |
| --- |
| **REFERENTE À FASE****( x) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor ( ) Gestão do Contrato** |
| **Risco 02** | Atraso ou suspensãoimpugnações | do | processo licitatório | em | face | de | Grau do risco(ALTO) |
| Probabilidade | ( ) Baixa | ( x ) Média |  | ( ) Alta |  |
| Impacto | ( ) Baixo | ( ) Média |  | ( x ) Alta |  |
| **Id.** | **Dano** |
| 1 | Não cumprimento dos prazos estabelecidos inicialmente no projeto, podendo afetar aqualidade dos serviços ofertados pelo PJMT. |
|  | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| 1 | Elaborar o planejamento da contratação considerando soluçõessimilares em outros órgãos. | EquipePlanejamento. | de |
| 2 | Estabelecer contato prévio com fornecedores de modo a alinhar os requisitos de negócio do PJMT com as especificações técnicas maisaderentes no mercado. | Equipe Planejamento. | de |
|  | **Ação de Contingência** | **Responsável** |

  

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUILHERME FELIPE SCHULTZ,RAFAEL BRECAILO KLOECKNER,MARCO ANTO

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1 | Alocar integralmente os servidores responsáveis e que elaboraram oplanejamento da contratação, para dar respostas e, consequentemente, mitigar as causas que originaram a suspensão do processo licitatório. | Equipe dePlanejamento |

|  |
| --- |
| **REFERENTE À FASE****(x) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor ( ) Gestão do Contrato** |
| **Risco 03** | Orçamento da contratação mal estimado. | Grau do risco(MÉDIO) |
| Probabilidade | ( x ) Baixa | ( ) Média | ( ) Alta |  |
| Impacto | ( ) Baixo | ( ) Média | ( x ) Alta |  |
| **Id.** | **Dano** |
| 1 | Encerrar a licitação com valores inexequíveis, impedindo a adjudicação do processo |
| 2 | Licitação Deserta. |
| 3 | Contratar produtos com valores acima do mercado / sofrer sanções por parte de órgãosfiscalizadores. |
|  | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| 1 | Realizar pesquisa de preço envolvendo todos os participantes demercado. | EquipePlanejamento. | de |
| 2 | Utilizar ferramentas de pesquisa de preço público (painel de preços). | EquipePlanejamento. | de |
| 3 | Especificar o objeto na pesquisa de preço de forma adequada,conforme especificação da solução pretendida na contratação. | EquipePlanejamento. | de |
|  | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1 | Em caso de suspensão por preço inexequível, realizar pesquisa depreço adequada, para nova publicação de edital. | EquipePlanejamento | de |
| 2 | Em caso de valores acima do mercado, negociar com a empresacontratada. | Pregoeiro |

|  |
| --- |
| **REFERENTE À FASE****( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor ( x ) Gestão do Contrato** |
| **Risco 04** | Redução ou corte no orçamento. | Grau do risco(ALTO) |
| Probabilidade | ( ) Baixa | ( ) Média | ( x) Alta |  |
| Impacto | ( ) Baixa | ( ) Média | ( x) Alta |  |
| **Id.** | **Dano** |
| 1 | O volume orçamentário sofrer redução e a contratação ser executada num patamar financeiro inferior ao necessário para atender todas as demandas do PJMT ou, na pior das hipóteses,não ocorrer a contratação. |
|  | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| 1 | Negociação com a Presidência no tocante a defesa da aprovaçãointegral do orçamento para a contratação. | EquipePlanejamento | de |
|  | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1 | Redução do quantitativo, visando a redução do valor estimado para acontratação. | EquipePlanejamento | de |
| 2 | Priorização da demanda junto aos gestores das áreas de negócio, paratentar intermediar a não redução. | EquipePlanejamento. | de |
| 3 | Priorização de digitalização de processos físicos quanto à matéria ouclasse, para execução parcial do projeto. | EquipePlanejamento. | de |

  

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Coordenadoria de Tecnologia da Informação

|  |
| --- |
| **REFERENTE À FASE****( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor ( x ) Gestão do Contrato** |
| **Risco 05** | Contratada ficar impossibilitada de prestar os serviçoscontratados devido a não manutenção das condições habilitatórias. | Grau do risco (MÉDIO) |
| Probabilidade | ( x ) Baixa ( ) Média ( ) Alta |
| Impacto | ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta |
| **Id.** | **Dano** |
| 1 | Serviços ofertados sem a devida qualidade técnica e garantia. |
|  | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| 1 | Estudo de mercado quanto à qualificação da empresa a ser contratada. | Equipe dePlanejamento. |
| 2 | Exigir documentação fiscal e econômica que respalde a saúdefinanceira da empresa a ser contratada. | Equipe dePlanejamento. |
|  | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1 | Sugerir aplicação de todas as sanções previstas em contrato. | Fiscal de Execução. |
| 3 | Iniciar processo de contratação emergencial visando contratação denova empresa para a prestação dos serviços. | IntegranteDemandante. |

**REFERENTE À FASE**

**( ) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor ( x ) Gestão do Contrato Risco 06**

Documento assinado digitalmente por: GEYZA ALICE PACHECO BIANCONI,CÁSSIO RODRIGO ATTILIO BARBOSA GARCIA,MATHEUS HENRIQUE FREIRE AMORIM,GUIL

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 26DAE656